

RETEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS DE TEXTUALIDADE: ESTRATÉGIAS PARA O APRIMORAMENTO DA ESCRITA ACADÊMICA

RETEXTUALIZATION AND PRINCIPLES OF TEXTUALITY: STRATEGIES FOR ACADEMIC WRITING IMPROVEMENT

Andréa Pisan Soares Aguiar¹
Sueli Cristina Marquesi²

Resumo: Neste trabalho, nosso interesse é pensar a escrita acadêmica no âmbito da graduação. Mais especificamente, nosso objetivo é verificar como a retextualização e os princípios de textualidade podem constituir estratégias para o aprimoramento da escrita de textos acadêmicos. A título de exemplificação, recorremos a dois textos, versão A e versão B, produzidos pelo mesmo grupo de alunos de 2º semestre de um curso de Direito. Observamos que a atividade de escrita, fundamentada no processo de retextualização e nos princípios de textualidade, propiciou um momento de reflexão sobre o próprio ato de escrever, que integra múltiplas etapas, sem as quais não se alcança o aprimoramento textual esperado.

Palavras-chave: Escrita acadêmica. Retextualização. Princípios de textualidade. Reescrita. Revisão.

Abstract: In this paper, our interest is to think about academic writing within the scope of graduation. More specifically, our objective is to verify how retextualization and principles of textuality can be strategies for the improvement of the writing of academic texts. We present two texts as examples, the version A and the version B, produced by the same group of students from the 2nd semester of a Law course. We observed that the writing activity, based on the retextualization process and on the principles of textuality, provided a moment of reflection on the act of writing, which integrates multiple steps without which the expected textual improvement is not achieved.

Keywords: Academic writing. Retextualization. Principles of textuality. Re-writing. Revision.

Introdução

Ao ingressarem na universidade, os estudantes se veem diante da necessidade de elaborarem variados gêneros textuais, como resumos, fichamentos, resenhas e artigos.

¹ Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; bolsista PNPd/Capes. E-mail: andreapisan@uol.com.br.

² Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. E-mail: suelimarquesi.sm@gmail.com.

Contudo, nem sempre o conhecimento que trazem é suficiente para produzirem textos em que sejam observados, por exemplo, os propósitos comunicativos e a estrutura composicional de gêneros que circulam na esfera acadêmica, o que pode levá-los a enfrentar dificuldades.

Tendo em vista essa constatação, estabelecemos a seguinte pergunta de pesquisa: que estratégias podem ser utilizadas para que o estudante aprimore seus textos e seja bem-sucedido na esfera comunicativa acadêmica? De modo a respondermos a essa questão, temos como objetivo, neste trabalho, verificar como a retextualização e os princípios de textualidade podem constituir estratégias para o aprimoramento da escrita de textos acadêmicos.

A fim de alcançarmos esse objetivo e respondermos à pergunta apresentada, dividimos este artigo em quatro seções, além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências. Na primeira seção, abordamos a escrita acadêmica como uma prática que requer continuidade para que possa ser aprimorada; na seção seguinte, tratamos da retextualização, com base nos estudos realizados por Travaglia (2003) e por Marcuschi (2007); na terceira seção, discorremos sobre os princípios de textualidade, fundamentados em Beaugrande e Dressler (1981) e em Beaugrande (1997), por fim, na última seção, procedemos à análise das versões A e B produzidas por alunos graduandos de 2º semestre de Direito, como atividade inicial de elaboração de um projeto de iniciação científica.

Escrita acadêmica

A escrita é uma atividade que requer prática continuada e exige do indivíduo esforço e tempo para se dedicar a seu aprimoramento. Assim, não se trata de uma ação mecânica, como se pode supor, resumida ao ato de dispor as palavras umas após as outras. Nessa direção, Pinto (2018, p. 16) observa que dificilmente uma pessoa redige “logo à primeira tentativa [...] trabalhos acadêmicos que sejam publicados imediatamente sem quaisquer recomendações. Para se alcançar esse estágio, todo um percurso tem de ser calcorreado e, quase sempre, com muita perseverança”, perspectiva que reforça a ideia de que a escrita, em especial no âmbito acadêmico, requer exercício frequente.

Becker (2015), ao refletir sobre a percepção de seus alunos de que “bons escritores [...] já conseguiam redigir tudo certo na primeira vez” (p. 27), esclarece que para aqueles cuja escrita faz parte do cotidiano profissional, reescrever um texto várias vezes antes de

considerá-lo terminado é algo habitual, o que surpreendeu seus alunos. Nem todos os estudantes de pós-graduação têm ideia de que é preciso revisar e reescrever qualquer texto produzido no âmbito acadêmico; para eles, o aluno “realmente inteligente faz o trabalho de uma vez, da melhor maneira que é possível” (BECKER, 2015, p. 72). Embora tais constatações observadas pelo autor tenham se originado no âmbito de pós-graduação, a ideia de que escrever é um ofício que não impõe dificuldade é compartilhada também por alunos da graduação, que o entendem, geralmente, como uma ação de etapa única, que dispensa revisões e reescritas para que se alcance o aprimoramento textual desejado.

No contexto acadêmico, em que circulam gêneros específicos, como artigos, dissertações, teses, resenhas, projetos de iniciação científica, entre outros, fica mais evidente que a escrita não se faz apenas por meio da colocação de palavras no espaço em branco do papel; é preciso que ela se mostre contextualizada, acurada, coerente e organizada, que não deixe margem para que o leitor faça interpretações equivocadas ou que lhe seja exigido esforço demasiado para que efetive a construção do sentido.

Desse modo, a escrita e, em especial, a escrita acadêmica, mostra-se uma atividade complexa que comporta uma ampla gama de tarefas, por exemplo, verificar o uso adequado de recursos sintáticos e lexicais, corrigir inadequações de vocabulário, de ortografia e de pontuação; verificar a inteligibilidade do texto, sua estrutura, a articulação lógica das ideias, a precisão dos enunciados e a adequação ao leitor; uniformizar o texto, aplicar regras e convenções em relação à formatação, todas ocorrem, como ressaltam Aguiar e Marquesi (2019), ao longo do *continuum* revisão e reescrita, as quais se dão durante todo o processo de escrita.

Estudos sobre retextualização

O termo *retextualização* foi proposto por Neusa Travaglia na década de 1990, na sua tese de doutorado sobre tradução. Para a autora, retextualização, ou *re-enunciação*, é o processo de tradução de uma língua para outra, pois o “tradutor *recoloca em texto* numa outra língua a reconstrução de um sentido que faz a partir de uma textualização anterior” (TRAVAGLIA, 2003, p. 63, grifo no original). Tal abordagem evidencia que, no processo tradutório, são acionados

todos os elementos que conferem textualidade a um texto e que foram acionados pelo produtor do texto original, com a diferença de que, manejando uma outra

língua, o tradutor estaria de certa forma manejando outros elementos ou até os mesmos elementos sob perspectivas diferentes (TRAVAGLIA, 2003, p. 63).

Essa concepção tem como base a noção de que cada tradução é um evento singular, tendo em vista que cada texto é único, ou seja, tem como foco um texto específico, o que resulta em um produto textual também de natureza individual e particularizada. Nesse sentido, a estudiosa propõe “uma abordagem da atividade tradutória mais diretamente pelo lado textual” (p. 61), em que a intenção comunicativa se concretiza verbalmente em uma forma linguística conforme aspectos relacionados a tempo, contexto, situação e objetivo, formando um todo dotado de sentido. Dessa forma, a intenção comunicativa é textualizada, colocada na forma de texto, motivada por algo que se quer comunicar (TRAVAGLIA, 2003, p. 63).

No entendimento de Travaglia, o processo de retextualização colocado no centro do ato tradutório confere mais abrangência a este último em relação a seus mecanismos do que se considerada a tradução apenas como recodificação, caso em que a língua é vista como código fixo e imutável, e não como um sistema de interação que comporta instabilidades, próprias da natureza da linguagem.

Apoiada em Dahlet (1991, p. 180 e ss.), Travaglia observa que a produção textual engloba três operações: o *planejamento*, a *textualização*, que se refere à produção textual propriamente dita, e a *revisão*, esta que comporta “operações de volta crítica ao texto e de adequação definitiva com a finalidade de reduzir falhas e apresentar a versão que o autor julga satisfatória” (p. 63), o que nos remete à atividade de revisão como parte de um processo contínuo de aprimoramento textual que engloba também a escrita e a reescrita (AGUIAR; MARQUESI, 2019; PINTO, 2017), como já pontuamos.

Marcuschi (2007) retoma o termo retextualização para aplicá-lo ao que também considera “tradução”, mas de uma modalidade textual para outra: do texto falado para texto escrito, em uma mesma língua. O autor ressalta que retextualizar não se trata de uma ação mecânica, uma vez que envolve várias operações complexas “que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita” (p. 46).

Outra observação importante da parte do autor é que a retextualização de uma modalidade a outra não diz respeito a transformar um texto “descontrolado e caótico”, o texto oral, em um texto “controlado e bem-formado”, o texto escrito. O processo de transformar um texto da modalidade escrita para a modalidade oral sempre acarreta interferências mais ou

menos profundas no texto, conforme o que se pretende, mas não em razão de a fala ser desorganizada; o que ocorre é “a passagem de uma ordem para outra ordem” (MARCUSCHI, 2007, p. 47).

A ação de retextualizar é um evento linguístico rotineiro, presente no nosso cotidiano: sempre que repetimos ou relatamos o que o outro disse, ou mesmo quando fazemos uso do recurso da paráfrase, por exemplo, transformamos, reformulamos, recriamos e modificamos um enunciado, que resulta em um novo dizer. Marcuschi (2007) esclarece que as operações concernentes à retextualização seguem estratégias variadas, o que evidencia sua complexidade. Embora a preocupação central do estudioso seja a passagem da modalidade oral para a modalidade escrita, e vice-versa, ressalta que é possível a retextualização de textos escritos, em que também é observada a utilização de determinadas estratégias.

Em estudos que tratam da escrita e da reescrita de textos no ensino médio e na pós-graduação, respectivamente, Marquesi (2011; 2010) aborda o princípio da retextualização para o texto escrito e, ao fazê-lo, afirma que escrita e reescrita requerem produtores textuais criativos em relação não só à exposição de ideias, mas também em relação à defesa do ponto de vista a elas relacionado. Para a autora, a existência desse produtor pressupõe um leitor que seja capaz de, com base nas leituras realizadas, incluindo as do próprio texto, construir sentidos e produzir um texto com originalidade e criticidade, o que, entendemos, aplica-se também a alunos da graduação, que enfocamos neste trabalho.

Princípios de textualidade

Os princípios de textualidade foram propostos por Beaugrande e Dressler, em 1981, na obra *Introduction to text linguistics*. Nela, denominaram tais princípios de critérios, ou padrões, a saber: coerência e coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Posteriormente, em 1997, em *New foundations for a science of text and discourse*, Beaugrande revisou os sete critérios propostos e, então, os denominou de princípios. Diferentemente de 1981, quando, juntamente com Dressler, definiu o texto como uma “ocorrência comunicativa” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, s.p.), Beaugrande considerou o texto segundo uma visão fundamentada não apenas no aspecto linguístico, mas também nos aspectos social e cognitivo.

De acordo com essa concepção, o texto não é uma virtualidade, mas uma realidade, pois não se trata somente de um sistema formal, mas também de uma realização linguística em que os usuários da língua compartilham conhecimentos sobre o mundo e sobre a sociedade para, assim, construírem os sentidos necessários à compreensão do texto. Temos, assim, a articulação entre autor, leitor, texto e contexto.

A conjunção de aspectos linguísticos, sociais e cognitivos na produção de um texto envolve, segundo o autor, os sete princípios de textualidade, os quais representam “as mais importantes formas de conectividade” (BEAUGRANDE, 1997, s.p.) entre um texto e o conhecimento de mundo e da sociedade que o usuário da língua possui. Como lembra Marcuschi (2008), trata-se de princípios que convergem para a construção de sentidos mais do que princípios que orientam a boa formação textual.

Assim como defendeu em Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (1997) destaca que a coesão e a coerência estão relacionadas ao texto; a intencionalidade e a aceitabilidade, aos indivíduos participantes do ato comunicativo. Contudo, adota um posicionamento diverso do observado na obra que concebeu juntamente com Dressler em relação aos princípios de informatividade, situacionalidade e intertextualidade: em vez de estarem vinculados ao usuário, estão vinculados à situação comunicativa.

Conforme postulam Beaugrande e Dressler (1981), a *coerência* é o resultado de como os elementos subjacentes à superfície textual configuram-se de modo a conferir sentido ao texto, por essa razão, é um fator de fundamental importância na constituição da textualidade, conceituação que, segundo Koch (2006), mostra-se redutora, porque

coerência não é apenas um critério de textualidade entre os demais (e centrado no texto!), mas constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado, o conhecimento procedural, etc. O que se tem defendido é que a coerência resulta de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa [...] (KOCH, 2006, p. 43).

De fato, a visão da autora amplia o entendimento acerca da coerência, bem como sua relevância na composição textual, no entanto, como ela mesma nota, assim como a coesão, a coerência sofreu alterações conceituais significativas ao longo do tempo, o que não invalida os estudos realizados anteriormente, como o de Beaugrande e Dressler que ora apresentamos.

A *coesão*, outro importante princípio de textualidade, se dá no nível microtextual e diz respeito a como os vocábulos estão ligados entre si em uma sequência. A coerência manifesta-se no nível macroestrutural e se refere a como conceitos e relações subjacentes ao texto se conectam, formando uma unidade de sentido. Para os autores, trata-se de dois níveis de análise: a coerência é resultado de processos cognitivos, ao passo que a coesão é resultado de processos linguísticos e textuais presentes na materialidade linguística.

Se, por um lado, a coesão não é um critério fundamental nem suficiente para que um texto seja considerado como tal, por outro, o emprego de elementos coesivos confere ao texto maior legibilidade, tendo em vista que explicita, como observamos, as relações entre os elementos linguísticos nele presentes. Nessa direção, a coesão evidencia os encadeamentos que ocorrem em relação às ligações conceituais, ou seja, um texto é coeso porque os termos ligam-se em sequência justamente por se relacionarem conceitualmente.

Segundo Beaugrande e Dressler (1981), uma manifestação linguística constitui um texto se seu produtor tiver a intenção de mostrá-la e se o interlocutor aceitá-la como tal. Assim, a *intencionalidade* refere-se ao esforço do produtor para elaborar uma mensagem que seja coerente e coesa, e que produza os efeitos de sentido pretendidos. Por parte do produtor sempre há a intenção de construir significados; por parte do interlocutor há o empenho para reconhecer o que foi produzido como algo que adquire significado em uma dada situação comunicativa. Assim, a intencionalidade está relacionada com a *aceitabilidade*, que se refere à disposição do interlocutor em considerar um texto coerente, coeso e relevante. Em outras palavras, mesmo que um texto tenha incoerências, o interlocutor fará o possível para dar-lhe um sentido, cooperando para que o produtor alcance seus objetivos.

A *informatividade*, outro princípio que influencia na coerência de um texto, diz respeito ao grau de previsibilidade da informação veiculada, ou seja, quanto mais esperada for uma informação, mais previsível será o texto. Um alto grau de previsibilidade é indício de que o texto tem pouca informação relevante para o interlocutor, já um baixo grau de previsibilidade indica que o texto tem mais informações relevantes. Se a maioria das informações em um texto for inesperada, seu grau de informatividade será alto, exigindo que o leitor se esforce mais para sua compreensão.

Quanto à distribuição da informação, espera-se que haja equilíbrio entre informação dada e informação nova, assim como entre movimentos de retomada de informação já apresentada (retroação) e de introdução de nova informação (progressão). A ausência desse

equilíbrio, conforme observa Koch (2006), pode tornar o texto circular porque traz apenas informações conhecidas, ou pode impossibilitar o processamento textual por causa da grande quantidade de informações novas que não têm ancoragem suficiente para que o interlocutor as assimile.

A *situcionalidade*, por sua vez, diz respeito a aspectos que tornam um texto relevante em determinada situação comunicativa. A relevância não resulta somente da ligação do texto com o mundo real, mas também da credibilidade de um dado texto em relação às perspectivas dos participantes de tal evento. Isso significa que certos elementos que se fazem presentes em uma situação comunicativa, como ideias e fatos, tornam-se relevantes quando o produtor os utiliza tendo como propósito alcançar determinados objetivos e quando o interlocutor é capaz de compreendê-los e, conseqüentemente, aceitá-los.

Por fim, a *intertextualidade* engloba em que medida a produção e a recepção de determinado texto requer o conhecimento de outros textos para que a compreensão se efetive. Ela também está relacionada a aspectos que dizem respeito a conteúdo, fatores formais e de tipologia textual, como explicam Koch e Travaglia (2011), e também ocorre em relação a textos traduzidos, conforme observa Travaglia (2003).

Os princípios de textualidade têm um importante papel na composição textual e, no âmbito da produção textual de graduandos, constituem elementos norteadores para o aprimoramento textual nas etapas que compõem o *continuum* escrita e reescrita (AGUIAR; MARQUESI, 2019), em uma perspectiva que vai além do aspecto prescritivo e estrutural.

Análise

Na sequência, apresentamos um exemplar de atividade de escrita do gênero projeto de iniciação científica, realizada no âmbito de uma disciplina optativa de escrita acadêmica de um curso de graduação em Direito de uma universidade particular de São Paulo.^{3,4}

A atividade ocorreu em duas etapas: na primeira etapa, a docente da disciplina solicitou que os alunos, reunidos em grupos, com base nas discussões realizadas em sala de aula e na apresentação de exemplares do gênero, elaborassem em casa a versão A do texto, que deveria trazer os seguintes elementos: tema, sua contextualização, pergunta a ser respondida, objetivo(s), justificativa, delimitação, base teórica (incluindo dispositivo(s)

³ Nossa participação nessa disciplina deu-se como parte das atividades de pós-doutorado.

⁴ Em virtude da pandemia de Covid-19, as aulas foram realizadas remotamente na plataforma Teams.

legal(ais)), procedimentos adotados, tópicos ou seções. Em sala de aula, as versões produzidas foram comentadas de forma detalhada em diálogo com os estudantes, de modo a se pontuar cada elemento solicitado na proposta da atividade, visando à sua compreensão para a elaboração da versão B do texto. Para fins desta pesquisa, a título de exemplificação, selecionamos aleatoriamente a versão A e a versão B produzidas por um dos grupos.

De modo a procedermos ao exame dos textos, selecionamos como categoria de análise a abordagem de conteúdo, especificamente no tocante à delimitação do estudo, uma vez que delimitar a abrangência da pesquisa, quer em relação ao tema, quer em relação aos objetivos, mostrou ser a dificuldade mais recorrente enfrentada pelos sete grupos que apresentaram seus trabalhos.

Em relação aos princípios de textualidade, elegemos a intencionalidade e a aceitabilidade, uma vez que o contexto acadêmico representa uma situação comunicativa muito específica, cujas expectativas, do ponto de vista da estrutura composicional de determinados gêneros, se mostram mais rígidas, ou seja, a não observância das partes que os compõem pode influenciar na aceitabilidade do interlocutor.

A seguir, passamos à análise.

Versão A

Considerações iniciais

“Não é da morte que temos medo, mas de pensar nela”. Essa frase, de autoria de Lucius Annaeus Seneca, uma das figuras intelectuais mais significativas do Império Romano, expressa o ponto de partida deste Trabalho: levantar discussões a respeito das concepções contemporâneas do morrer, tema o qual carrega diversos estigmas, que, por sua vez, repelem universalmente a discussão social a respeito da morte.

À vista disso, serão, à priori exibidas as concepções já firmadas na realidade atual, tanto nos campos culturais, sociais, econômicos e religiosos, como no universo jurídico. À posteriori, será, então, delimitado o caminho para uma nova perspectiva sobre a morte. Isso será feito a partir de uma argumentação paralela, que colocará as concepções anteriormente tratadas em face de uma nova perspectiva, a qual permitirá a expansão cultural, racional e social, do leitor no tocante aos infortúnios causados pelos estigmas supracitados.

A partir de uma rica fundamentação teórica, a qual será sustentada em autores como: Elizabeth Kübler-Ross; Ana Cláudia Quintana Arantes; Eckhart Tolle; Friedrich Nietzsche; entre

outros, as intolerâncias no que tange ao morrer serão desmanteladas. Quiçá, uma morte de fato se concretize: a morte de um obsoleto pensar. Afinal, como atestou Nietzsche: “A imortalidade tem seu custo: morrer muitas vezes, enquanto se vive!”

Versão B

1. DA JUSTIFICATIVA

A abordagem que vigora hoje a respeito da morte na jurisdição é ultrapassada e carregada de estigmas. O ânimo da escolha temática é proveniente justamente da observância dessa realidade estagnante, e do sentimento de necessidade de mudança. As noções jurídicas atuais acerca de fatos que envolvem a morte, causam no corpo social fervorosos debates, que por um lado, questionam as concepções preconcebidas e por outro, reafirmam-nas.

O Direito brasileiro é extremamente preservativo quanto ao direito à vida, o que de certa forma revela uma evolução legislativa, mas, de outro modo, repreende o direito à liberdade pelo próprio corpo em vários âmbitos. Tal situação torna-se mais clara em duas principais questões compreendidas pelo direito brasileiro: o aborto e a eutanásia.

O aborto é proibido no Brasil em um contexto subjetivo, em que sua realização só depende da escolha da mulher, ainda, a questão que envolve a proibição da eutanásia também indica a arbitrariedade do Estado brasileiro acerca do direito à liberdade. [...]

2. DO TEMA

O projeto propõe a abordagem da concepção jurídica vigente a respeito da morte no Direito Brasileiro, tanto na legislação, como na doutrina, por meio de estratégias de ressignificação, que possibilitem a compreensão dos problemas da concepção atual, abrindo espaço para a criticidade, a fim de construir um panorama para as possibilidades jurídicas do futuro dos direitos do aborto, e da eutanásia.

O tema, assim definido, alinha-se ao que dispõe o art 5º da Constituição Federal, especialmente ao que tange à asseguaração do direito de liberdade, que conseqüentemente, implica a liberdade sobre o próprio corpo.

3. DOS OBJETIVOS

3.1. Gerais:

- Contribuir para os estudos no campo jurídico, com o enfoque no plano da eutanásia e do aborto
- Adquirir conhecimentos jurídico-sociais necessários para o desenvolvimento de uma nova visão doutrinária e da pesquisa acadêmico-científica.

Específicos:

- Refletir sobre aspectos teóricos da bibliografia lida e resenhada.

- Analisar e discutir textos normativos e concepções doutrinárias no tocante à morte.
- Expor possibilidades de mudança no que tange à legislação correspondente ao aborto e a eutanásia no Brasil.

4. PERGUNTA A SER RESPONDIDA

De que forma a perspectiva jurídica atual do Brasil, no que diz respeito aos direitos em torno da morte, afeta negativamente o direito de liberdade dos cidadãos e quais são as possibilidades futuras?

5. BIBLIOGRAFIA

ARANTES, A.C.Q. “A morte é um Dia Que Vale a Pena Viver: E um excelente motivo para se buscar um novo olhar para a vida”. 3ª ed. Sextante, 2019.

TOLLE, ECKHART. “O poder do agora: um guia para iluminação espiritual”. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

KÜBLER, E.R. “Sobre a morte e o morrer: O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes”. WWF Martins Fontes, 2017.

Notamos que na versão A, a *delimitação* do tema e do objetivo não foi observada. No trecho “‘Não é da morte que temos medo, mas de pensar nela’. Essa frase, de autoria de Lucius Annaeus Seneca, uma das figuras intelectuais mais significativas do Império Romano, expressa o ponto de partida deste Trabalho: levantar discussões a respeito das concepções contemporâneas do morrer, tema o qual carrega diversos estigmas, que, por sua vez, repelem universalmente a discussão social a respeito da morte”, em que há indicação do tema, temos, na verdade, o que seria o objetivo, que se mostra muito amplo: “*levantar discussões a respeito das concepções contemporâneas do morrer*”. Da mesma forma, não há esclarecimento sobre quais seriam os diversos estigmas que repelem a discussão social sobre a morte, que se repete no trecho “Isso será feito a partir de uma argumentação paralela, que colocará as concepções anteriormente tratadas em face de uma nova perspectiva [...] no tocante aos infortúnios causados pelos *estigmas supracitados*”, o que reforça a necessidade de delimitar o foco do estudo.

Na versão B, o tema, qual seja, “[...] a abordagem da concepção jurídica vigente a respeito da morte no Direito Brasileiro, tanto na legislação, como na doutrina, por meio de estratégias de ressignificação, que possibilitem a compreensão dos problemas da concepção atual, abrindo espaço para a criticidade, a fim de construir um panorama para as possibilidades jurídicas do futuro dos direitos do aborto, e da eutanásia”, apresenta-se mais

delimitado em comparação à versão A, embora ainda possa, no processo de revisão e reescrita de versões posteriores, ser mais refinado.

Na mesma direção, nessa versão, os objetivos são explicitados de modo a informar ao leitor o que de fato será realizado na pesquisa: a síntese do que se pretende alcançar em sentido amplo, que se refere aos objetivos gerais “Contribuir para os estudos no campo jurídico, com o enfoque no plano da eutanásia e do aborto; Adquirir conhecimentos jurídico-sociais necessários para o desenvolvimento de uma nova visão doutrinária e da pesquisa acadêmico-científica”, e as etapas necessárias para que isso ocorra, que se referem aos objetivos específicos “Refletir sobre aspectos teóricos da bibliografia lida e resenhada; Analisar e discutir textos normativos e concepções doutrinárias no tocante à morte; Expor possibilidades de mudança no que tange à legislação correspondente ao aborto e a eutanásia no Brasil”. Esses elementos não foram considerados na versão A, assim, não houve a delimitação necessária ao estudo.

Por fim, a ausência da pergunta de pesquisa na versão A prejudica não apenas a compreensão do leitor acerca do que se pretende realizar por meio do estudo, mas também, e principalmente, daqueles que estão propondo o estudo, uma vez que não têm um elemento para guiá-los/orientá-los “em suas reflexões teóricas, na definição dos procedimentos teórico-analíticos e na análise e interpretação de dados” (MARQUESI, 2021 [no prelo], p. 120). Na versão B, a pergunta de pesquisa “De que forma a perspectiva jurídica atual do Brasil, no que diz respeito aos direitos em torno da morte, afeta negativamente o direito de liberdade dos cidadãos e quais são as possibilidades futuras?” tem a função tanto de guiar e orientar os estudantes na pesquisa como de delimitar o objeto de estudo.

No tocante à *estrutura*, notamos que na versão retextualizada, B, foram inseridos os itens justificativa, tema, objetivos – gerais e específicos – e bibliografia, que habitualmente compõem um projeto de iniciação científica e que foram solicitados no enunciado da atividade. A adição desses elementos de forma pontual auxilia na compreensão das partes que devem compor o gênero e de como elas devem se inter-relacionar para construir os sentidos necessários à situação comunicativa pertinente ao contexto acadêmico.

Quanto aos fatores de textualidade, lembramos que, para Koch e Travaglia (2011), a intencionalidade está relacionada à intenção do produtor de manifestar-se, linguisticamente, de forma coesiva e coerente, ainda que ela não se realize de modo integral. No entanto, a

intenção só terá êxito se o texto for reconhecido e aceito como válido e pertinente pelo interlocutor.

Mais especificamente, o fato de o tema “*levantar discussões a respeito das concepções contemporâneas do morrer, tema que carrega diversos estigmas [...]*”, expressar, linguisticamente, o objetivo, como já pontuamos, revela uma inconsistência que pode acarretar a não aceitabilidade por parte do interlocutor. Nessa direção, a ausência de informações precisas acerca do tema e da base teórica, por exemplo, assim como a inexistência da pergunta a ser respondida, que auxilia na delimitação do escopo do estudo, também podem prejudicar o referido princípio de textualidade, essencial para que um texto seja considerado como tal, particularmente no ambiente universitário.

Considerações finais

A atividade de escrita na graduação, fundamentada no processo de retextualização e nos princípios de textualidade, propicia ao estudante um momento de reflexão sobre o próprio ato de escrever, entendido não como uma única ação, realizada de forma mecânica, mas como uma ação que integra múltiplas etapas que envolvem a escrita propriamente dita, a revisão e a reescrita, sem as quais não se alcança o aprimoramento textual desejado.

Notamos que os alunos, ao tomarem conhecimento da estrutura composicional do gênero projeto de iniciação científica, por meio da leitura de exemplares de projetos e da exposição da professora, compreenderam mais claramente como proceder à organização de suas partes canônicas e em que medida tal organização contribui para que o propósito comunicativo do gênero seja alcançado, o que demonstraram na versão B.

Além disso, a correção comentada da versão A, item a item, com aporte teórico da Linguística Textual, notadamente da retextualização e dos princípios de textualidade, possibilitou aos alunos produzirem a versão B do texto, com base na noção de escrita como processo.

Entendemos, assim, que este trabalho abre perspectivas para se pensar em estratégias que propiciem aos estudantes de graduação atividades reflexivas de produção escrita, de maneira a levá-los a explorar a criatividade e a autonomia, necessárias também no ambiente acadêmico.

Referências

AGUIAR, Andréa Pisan Soares; MARQUESI, Sueli Cristina. Escrita, revisão e reescrita de textos acadêmicos: o encadeamento entre parágrafos. *Revista Verbum – Cadernos de Pós-graduação*, v. 8, n. 2, p. 90-109, set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/44920>. Acesso em: 24 set. 2021.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. Getting started. In: BEAUGRANDE, Robert-Alain de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997. Disponível em: http://beaugrande.com/introduction_to_text_linguistics.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich W. *Introduction to text linguistics*. Tübingen: Max Niemeyer, 1981. Disponível em: http://beaugrande.com/introduction_to_text_linguistics.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BECKER, Howard S. *Truques da escrita – para começar e terminar teses, livros e artigos*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita – atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARQUESI, Sueli Cristina. Originalidade na escrita acadêmica: a pergunta de pesquisa em foco. *Linguarum Arena*, v. 12, p. 113-127, 2021. No prelo.

MARQUESI, Sueli Cristina. Escrita e reescrita de textos no ensino médio. In: ELIAS, Vanda Maria (org.). *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUESI, Sueli Cristina. Escrita e reescrita de textos acadêmicos na pós-graduação: a textualização em foco. *Páginas de Guarda*, v. 9, p. 49-60, 2010.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro. Os meandros da escrita acadêmica. Alguns recados aos estudantes universitários. *Revista Linha d'Água*, v. 31, n. 1, p. 9-27, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/133916/138975>. Acesso em: 26 set. 2021.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro. Da revisão da escrita: uma gestão exigente requerida pela relação leitor, autor e texto escrito. *Revista Observatório*, v. 3, n. 4, p. 488-517, jul.-set. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3400>. Acesso em: 24 set. 2021.

TRAVAGLIA, Neusa Gonçalves. *Tradução – Retextualização: a tradução numa perspectiva textual*. Uberlândia: Edufu, 2003.